

Entenda como será a doação das 100 ações

No próximo dia 6 de agosto, cada funcionário da ativa do Santander contratado até o dia 23 de junho de 2007 receberá 100 ações do banco, que são negociadas na Bolsa de Valores de Madri, na Espanha.

O trabalhador poderá ficar com as ações, caso acredite em sua valorização no futuro ou quiser sentir-se acionista da empresa em que trabalha. Entretanto, se a pessoa estiver apertada financeiramente e precisando de dinheiro, a opção é vender os papéis. O próprio banco se propõe a adquiri-los já a partir do dia seguinte à doação, ou seja, 7 de agosto, mediante preenchimento de formulário eletrônico disponível no portal de RH.

Segundo a empresa, a quitação da compra será feita a partir de 27 de agosto por meio de crédito em conta corrente. Ela informa ainda que não serão permitidas a venda parcial das ações nem a transferência de sua titularidade.

Segundo simulação feita pelo banco, no dia 5 de julho os papéis valeriam aproximadamente R\$ 3.566,08. Sobre o valor incidirá o Imposto de Renda

Embora ainda não se saiba o valor exato dos papéis, tendo em vista que a doação transitará no holerite do dia 20 de agosto registrando o preço dos papéis no dia 6 do mesmo mês, a direção do Santander apresentou na última reunião do Comitê de Relações Trabalhista, ocorrida dia 5 de julho, uma simulação de cálculo para que as pessoas tenham uma idéia a respeito do montante em questão.

Considerando o valor de 13,93 euros para cada ação e a cotação da moeda europeia em R\$ 2,56, o representante do banco chegou ao resultado de R\$ 3.566,08. Em cima do valor incidirá o Imposto de Renda.

O desconto do Imposto de Renda será automático, com aplicação da tabela progressiva (15% e 27,5%) sobre o valor do rendimento do mês de agosto (salário + valor das ações). Para que o pagamento do tributo não tenha impacto no orçamento mensal do funcionário, o banco oferecerá um crédito, em forma de empréstimo sem juros, igual ao débito do IR.

Outras informações sobre a doação das ações e o empréstimo para o pagamento do IR estão na intranet do banco.



Holerite do dia 20/8 registrará valor das ações, negociadas em bolsa, de acordo com a cotação do dia 6

Medida atende reivindicação dos trabalhadores espanhóis

A única pista dada pelo Santander para explicar o porquê da doação de ações a seus empregados está relacionada ao aniversário de fundação da empresa. O comunicado interno do banco informa que o benefício constará do holerite de 20 de agosto com o nome de "100 ações – comemoração – 150 anos".

Entretanto, uma circular da Comfia-CC. OO. (Federación de Servicios Financieros y Administrativos – Comisiones Obreras) apresenta a visão dos trabalhadores sobre a medida. Segundo o documento, a doação atende uma reivindicação da entidade sindical espanhola.

"Comfia-CC. OO. vinha reclamando há meses uma compensação deste tipo, como reconhecimento à contribuição de todos os trabalhadores e trabalhadoras aos excelentes resultados obtidos pelo Santander", afirma a circular, que acrescenta: "Para reforçar a proposta, a Comfia-CC. OO. levou a cabo no ano passado uma coleta de assinaturas (abaixo-assinado), que foi respaldada por 8.127 companheiros e companheiras".

"Esperamos que este reconhecimento da empresa ao trabalho desenvolvido pelo quadro de funcionários tenha continuidade e propicie um clima que nos permita abordar e resolver de forma positiva as reivindicações que ain-

da temos pendentes com o Santander", conclui o documento.

Aposentados também merecem

Ao analisar a entrega das ações, o presidente da Afubesp, Paulo Salvador, compartilha da mesma visão positiva da entidade sindical espanhola, lembrando que esta também reivindicou o benefício aos aposentados. "O segmento tem sofrido muito e merece ser contemplado", afirma Salvador, que acrescenta: "Como justo reconhecimento, o Santander deveria estender a doação a esses colegas, como fazem outras corporações".

Ação conjunta dos trabalhadores

Nos últimos anos, as entidades sindicais brasileiras têm mantido contatos freqüentes com a Comfia-CC. OO. e outras organizações de bancários de diversos países. Em maio, Rita Berlofa, diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Vagner Freitas, presidente da Contraf-CUT, e Sebastião Cardozo, presidente da Fetec/CUT-SP, estiveram na Espanha, onde, em conjunto com Manuel Rodriguez Aporta, secretário de política internacional da Comfia-CC. OO., apresentaram as reivindicações dos trabalhadores brasileiros diretamente à direção mundial do Santander.

A reforma estatutária que interessa a todos

Quando esta edição do Jornal da Afubesp chegar a maioria de seus leitores, o plebiscito da Cabesp já estará decidido. Entretanto, independentemente do resultado da votação, a Associação está procurando outras entidades de representação com o objetivo de construir um consenso em torno de uma proposta de reforma estatutária complementar que interesse a todos os associados.

Afubesp inicia diálogo com outras entidades de representação visando estabelecer um consenso sobre as mudanças complementares necessárias

Esse diálogo, que tem o apoio dos diretores e conselheiros eleitos da Cabesp, visa ampliar a possibilidade de participação dos aposentados na eleição da caixa de assistência médica e resolver outros problemas como a questão da co-participação. O plebiscito versa apenas sobre a elegibilidade de aposentados para os cargos de diretor financeiro e diretor administrativo. “Queremos ir além, que os colegas possam também ser indicados pelo banco para a Presidência e a diretoria de Operações”, exemplifica Paulo Salvador, presidente da Afubesp.

O dirigente lembra que na assembléia de associados realizada no dia 15 de outubro de 2005, quando não houve quorum para deliberar a participação dos aposentados na diretoria da Cabesp, a Afubesp e os eleitos já tinham apresentado essa proposta mais ampla. “Desde aquela época nós defendemos que o único requisito para votar e ser votado é estar associado à caixa de assistência médica há 10 anos, o que daria mais opções, tanto aos associados quanto ao banco, para escolherem entre os colegas aposentados e da ativa”, afirma Salvador.

A regra que está em votação no plebiscito exclui cerca de 2.000 colegas que não recebem complementação de aposentadoria. “Não podemos ter aposentados de segunda categoria, sem direito a ser votado para a diretoria”, argumenta o presidente da Afubesp, que complementa: “Nossa proposta inclui essas pessoas, que também são banespianos e banespianas”.

Outro item que deve integrar esse diálogo é a revisão da co-participação. “Os motivos que levaram à implantação dessa cobrança não existem mais, pois a Cabesp tem uma saúde financeira invejável, com superávit atuarial, reconhecido até pelo banco, de mais de R\$ 400 milhões”, destaca.

Por fim, a Afubesp e os eleitos propõem também que a proposta contemple a autorização para a criação de novos planos de

saúde, possibilitando uma negociação com o Santander sobre o ingresso dos novos funcionários. “Já que teremos de negociar com o banco, tendo em vista que sem a concordância da empresa não poderemos mudar o estatuto, vamos incluir nessa conversa todos os assuntos de interesse dos associados”, conclui Salvador.

A regra que está sendo votada no plebiscito não foi negociada com o Santander.

Conversa com a Abesprev

O primeiro contato da Afubesp para a construção desse consenso em torno da reforma estatutária complementar foi com a Abesprev (Associação de Defesa dos Direitos Previdenciários dos Banespianos), onde Paulo Salvador foi recebido dia 18 de julho, em um almoço, pelo presidente, Nelson Ortigoza, e diretoria.

Salvador, que já foi diretor financeiro eleito da Cabesp por duas gestões, apresentou aos colegas suas idéias sobre a caixa de assistência médica e assinou o termo de adesão, como sócio-fundador, da Cooperativa de Crédito da Abesprev, cuja criação teve total apoio da Afubesp.

Ao final do encontro, ficou acertado que as duas entidades (Afubesp e Abesprev) estarão em contato permanente para tratar de assuntos de interesse comum, entre os quais Cabesp e Banesp.

Afubesp e CNAB realizam debates com aposentados



Paulo Salvador abriu encontros reafirmando seu compromisso com o segmento

Nos dias 11 e 12 de julho, a Afubesp e a CNAB (Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa) realizaram duas reuniões com os aposentados e lideranças do segmento.

Os eventos foram abertos pelo novo presidente da Afubesp, Paulo Salvador, que

iniciou sua gestão dialogando com vocês, para mostrar a que viemos e quais as nossas preocupações.”

O dirigente deixou claro que pretende buscar a união das entidades, tendo em vista os objetivos a serem perseguidos. “Nossa atuação em defesa da Cabesp e do Banesp,

por si só, mostram o caminho que pretendemos trilhar: a defesa de nossos direitos e conquistas.”

Durante os debates, os participantes puderam expor suas dúvidas e posicionamentos em relação ao plebiscito da Cabesp. Em resposta, receberam diversas informações, inclusive sobre as dificuldades de se fazer uma reforma estatutária. “O banco não

fez questão de reafirmar seu compromisso com os aposentados e pensionistas do Banespa. “Desde que assumi a presidência, essas são as primeiras reuniões que faço fora do âmbito interno da entidade”, destacou. Segundo ele, os dois encontros têm um significado muito especial.

“Considerava vital iniciar minha gestão dialogando com vocês, para mostrar a que viemos e quais as nossas preocupações.”

Participantes puderam expor suas dúvidas e seus posicionamentos

pode mudar o estatuto, ele só pode referendar ou vetar o que nós decidimos”, explicou Paulo Salvador, que completou: “Por outro lado, nós, associados, também não podemos alterar nada sem a concordância do Santander”.

O atual diretor financeiro eleito, Vagner de Castro, participou da reunião do dia 11 e o diretor administrativo eleito, Wagner Cabanal, compareceu à seguinte.

Representação cobra solução de problemas

Em reunião do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT), realizada dia 5 de julho, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) reivindicou dos representantes do Santander a solução de diversos problemas que afetam os funcionários. Entre os itens reclamados estão o fim da cobrança de metas para os caixas e da prática de assédio moral, a questão do plano de cargos e salários (PCS) e a insegurança nas agências e postos.

Quanto ao primeiro ponto da pauta, o banco reafirmou que os caixas não têm metas de venda e que continuará orientando as redes sobre o assunto. Informou que agendaria reuniões com os gerentes regionais administrativos (GRAs). A COE voltou a denunciar que o problema continua ocorrendo e exigiu que o banco tome medidas efetivas para suprimir a prática.

Questionado sobre a persistência da



Durante reunião, realizada dia 5 de julho, a COE denunciou as distorções salariais e a falta de segurança

Plano de cargos e salários, metas para os caixas e prática de assédio moral estão entre os temas debatidos no último Comitê de Relações Trabalhistas

prática do assédio moral, o negociador da empresa informou que os gestores têm sido alertados em reuniões realizadas nas redes. Disse, ainda, que os casos denunciados serão devidamente apurados.

A COE reivindicou que os gestores sejam orientados formalmente a parar com a exposição, a humilhação e as ameaças de demissão em reuniões. E espera que o Santander atue com o máximo rigor para pôr

fim ao assédio moral.

A representação também denunciou as distorções salariais existentes nas agências e departamentos, o que evidencia a falta de um plano de cargos e salários (PCS), com regras claras e justas e que possibilite ascensão profissional para todos. Em resposta, o banco se comprometeu a agendar reunião específica para tratar do assunto.

Em relação aos assaltos em agências ocorridos após o término da jornada de trabalho, a representação cobrou do banco que as unidades e postos sejam fechados impreterivelmente às 18 horas (exceto locais especiais) – horário de encerramento do expediente dos vigilantes. A medida iria re-

duzir o risco de violência e eliminar os problemas frequentes de fraude no ponto eletrônico.

A COE também reafirmou a necessidade de colocação de portas giratórias antes do auto-atendimento, câmaras de vídeo com monitoramento à distância e vigilantes com coletes a prova de balas em todas as agências e postos.

Segundo o diretor de Divulgação da Afubesp, José Reinaldo, a COE procurou abordar os assuntos que mais preocupam os funcionários. “A questão da cobrança das metas abusivas, que para nós representa assédio moral, e as distorções salariais são responsáveis pelo maior número de reclamações dos trabalhadores do banco.”

Comitê Gestor do Plano V será eleito por voto direto

O Conselho de Administração do Banesprev aprovou por unanimidade, no dia 28 de junho, a realização de eleição direta para a escolha dos 16 integrantes do Co-

Decisão, aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração, garante a participação de todos os pré-75 na escolha de seus representantes

mitê Gestor do Plano V (oito titulares e oito suplentes). O pleito será organizado pelo fundo de pensão em consonância com os demais colegiados.

Com esta resolução, todo pré-75 incluído no Plano V poderá votar e também ser votado, caso queira concorrer a uma das vagas do órgão de acompanhamento e fiscalização, independentemente de estar ou não filiado a uma das associações de banespianos. Atualmente, o Comitê Gestor é formado por representantes indicados pela Afubesp/CNAB (Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa), Afabesp e Abesprev.

“O Conselho de Administração restabeleceu o direito pleno dos participantes de exercerem sua cidadania”, avalia o integrante do Comitê Gestor e coordenador da CNAB, Herbert Moniz. Ele lembra que os indicados da Afubesp/CNAB vinham defendendo a proposta de eleição livre e direta

para o órgão desde março.

Aporte de recursos do banco

Durante a reunião do Conselho de Administração do Banesprev em que as regras foram definidas, as representantes eleitas pelos participantes Rita Berlofa e Maria Auxiliadora, além de defenderem a democracia na escolha do Comitê Gestor, apresentaram uma ressalva relativa ao aporte de recursos do Plano V feito pelo Santander. “O banco integralizou um valor menor do que era sua obrigação quando da criação do plano”, denuncia a conselheira Maria Auxiliadora, que completa: “Queremos o aporte do montante que falta para que o pessoal pré-75 não fique na dependência da rentabilidade de títulos”.

Decisões beneficiam quem excede jornada

O trabalhador bancário cuja jornada legal é habitualmente prorrogada tem direito a intervalo de 1 hora e não de apenas os 15 minutos previstos para o período de seis horas. Assim tem entendido os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's) de todo o país e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determinam o pagamento de horas extraordinárias com o acréscimo de 50% para quem não cumprir a legislação.

De acordo com o TST, trabalhador contratado por 6 horas e que é obrigado a extrapolar esse período tem direito a intervalo de 1 hora

De acordo com site do TST, as decisões têm como base o artigo 71 da CLT: "em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda a seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas".

A CLT, portanto, alude a trabalho con-

tínuo, e não a jornada. Ou seja, é o período efetivamente trabalhado, e não a jornada contratual estabelecida, que determina a extensão do intervalo.

Ao recorrerem os bancos insistem na alegação de que o bancário está sujeito à jornada de seis horas, o que lhe assegura um intervalo de 15 minutos. O relator do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, registrou em seu voto, quando julgou ação de bancária que pleiteava o pagamento do intervalo não usufruído, que o art. 71 da CLT, em seu "caput", "determina a concessão de intervalo mínimo de uma hora para o 'trabalho contínuo' superior a seis horas".

No caso, o TRT já havia constatado que a bancária cumpria, efetivamente, jornada de oito horas, tendo direito, portanto, ao intervalo mínimo de uma hora, que não era concedido. "Interpretar tal expressão de outra forma importaria negar a finalidade da obrigatoriedade do intervalo, que é a proteção da saúde e da segurança do trabalhador que cumpre jornada habitual superior a seis horas e que necessita de um intervalo para refeição e descanso com duração maior", ressaltou o relator.

Plano Verão

Recupere as perdas na caderneta de poupança

As pessoas que possuíam caderneta de poupança em janeiro de 1989, cuja data de aniversário situava-se na primeira quinzena, tiveram perdas com o Plano Verão. Naquela época, todas as instituições financeiras do país aplicaram 22,35% a título de atualização monetária. Estas contas, porém,

Afubesp disponibiliza ação relativa ao Plano Verão, quando os bancos expurgaram 20,37% da atualização monetária

deveriam ter sido corrigidas em 42,72%. O erro ocasionou um expurgo de 20,37%.

Os associados da Afubesp que estiverem nessa situação e quiserem reaver

o valor do expurgo corrigido poderão ingressar com ação por intermédio do Departamento Jurídico da entidade. "Apesar de ainda haver muito tempo, o prazo para abrir o processo termina apenas em 31 de dezembro de 2008, os banespianos não devem deixar para última hora a fim de evitar atropelos", orienta o advogado Marcelo Armellini.

Além de ser associado da Afubesp, os interessados devem portar os seguintes documentos: procuração, cópia do RG, CIC e do extrato da conta poupança de janeiro de 1989. Dúvidas podem ser esclarecidas no Departamento Jurídico, pessoalmente ou pelos telefones (11) 3292-1758 e 3292-1759.

mural

Convênio com parque aquático

A Afubesp assinou convênio com a empresa Thermas do Vale, um dos maiores parques aquáticos do estado de São Paulo. O centro de diversões, localizado em São José dos Campos, possui 14 piscinas dos mais diversos tipos e toboáguas. Dispõe ainda de passeios a cavalo, trilha ecológica e um zoológico que abriga várias espécies da fauna brasileira.

De acordo com o convênio, os associados da entidade podem adquirir o passaporte adulto pelo valor de R\$ 30,00 e o de crianças e adolescentes, de 5 a 15 anos, por R\$ 15,00. Até 4 anos de idade, a entrada é franca.

Outras informações pelo telefone (11) 3292-1744, setor de Convênios.

Maior controle sobre estágios

No final de junho, a Câmara Federal aprovou a regulamentação de estágios profissionais para alunos do ensino médio, profissionalizante e superior. A proposta foi votada na forma de um substitutivo feito em conjunto pelos deputados Átila Lira (PSB-PI) e Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) ao Projeto de Lei 993/07, do Poder Executivo. O texto precisa agora passar pelo Senado.

Segundo Manuela, a atualização da lei sobre estágios era necessária, principalmente no que se refere à adequação às propostas pedagógicas de universidades elaboradas na última década. A legislação atual (Lei 6494/77) é de antes da Constituição de 1988.

O novo projeto visa garantir que os estagiários não sejam explorados como mão-de-obra barata e estipula multa, de R\$ 240,00 a R\$ 2.400,00, à pessoa jurídica que descumprir as novas regras.

Campanha em defesa da infância

"A infância deve acontecer na escola, em casa, no parque. Mas, nunca em um farol." As frases constam do material da campanha lançada pela Fundação Projeto Travessia, que denuncia o trabalho infantil nas esquinas de São Paulo e, ao mesmo tempo, solicita doações para que a entidade possa ampliar seu reconhecido trabalho em prol de crianças e adolescentes em situação de rua.

Para ajudar a Fundação Projeto Travessia, as pessoas devem fazer doações no Banco Bradesco, agência 3003-1, Conta Corrente nº 117.040-6. Por meio do site www.travessia.org.br, o doador poderá acompanhar como são aplicados, de forma transparente, os recursos arrecadados pela entidade.

FIQUE ATUALIZADO

Acompanhe as notícias que interessam aos funcionários da ativa e aposentados do banco.

Acesse o site:

www.afubesp.com.br